Pauta de reivindicações e eixos de luta aprovados na reunião ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), no dia 17 de fevereiro de 2019

Eixo principal:

Campanha contra a reforma da Previdência

Subitens:

- Revogação da Funpresp, garantia de aposentadoria integral;

- Fim da adesão automática à Funpresp;

- Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;

- Aprovação da PEC 56/2014, que trata da aposentadoria por invalidez;

- Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90/100;

- Contagem, no mínimo em dobro, para redução de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, periculosidade e insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

Eixos gerais:

- Contra as privatizações e o desmonte do serviço público;

- Pela revogação da EC 95/2016, que congela investimentos públicos por 20 anos;

- Pela revogação da reforma trabalhista e da lei da terceirização;

- Em defesa das liberdades democráticas, em especial da livre manifestação e da organização dos trabalhadores.

Pauta da Campanha Salarial 2019:

- Correção salarial com aplicação de índice até janeiro de 2020 – índice do Dieese e Sindicato dos Funcionários do Banco Central (Sinal), próximo de 33%;

- Extensão do índice da lei 13.464/2017 para todos os servidores federais;

- Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da União para a manutenção de plano de saúde dos servidores;

- Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;

- Data-base em 1º de maio;

- Exigir do STF o julgamento favorável do recurso 565089 (julgamento por falta de data-base dos servidores);

- Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 da OIT ;

- Pela revogação da Lei 156/2016 (ajuste fiscal em estados de Distrito Federal);

- Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;

- Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;

- Incorporação de todas as gratificações produtivistas;

- Pela manutenção da estabilidade dos servidores públicos. Arquivamento imediato do PL 248/98 e PLS 116/17, e de todos projetos que atacam a estabilidade. Exigir julgamento favorável da ADI 3238 que tramita no STF;

- Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o Estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas. Pela revogação do ofício Mpog 605/16 e garantia da manutenção do servidor na folha de pagamento.

- Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF;

- Criação de novas vagas para concurso público pelo Regime Jurídico Único e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;

- Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e Organizações Sociais (OS);

- Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;

- Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;

- Garantia de acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;

- Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;

- Pelo cumprimento dos termos de acordo nº 01, 03, 04, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23/2015 e 10/16 (Condsef e Asmetro-SN), nº 02/15 (CNTSS e Fenasps), nº 05/15 (Fasubra), nº 20/15 (Asfoc-SN), nº 28/15 (ASSIBGE), nº 25/15 (Unacon-Sindical), nº 29/15 (SinpeCPF) , nº 31/15 (Sinal e SINTBACEN) nº 02/16 (Sindfisco-Nacional), nº 03/16 (Sindreceita), nº 04/16 (Sinait), nº 05/16 (FenaPRF), nº 06/16 (Anffa-Sindical) e lei 13.464/17 assinados com o governo federal;

- Garantia plena da licença capacitação e qualificação do servidor público.